



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

Cnpj nº 01.004.459/0001-26

Poder Legislativo

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2026

Aos **(30/06/2026)** trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, á hora regimental, no Plenário da Câmara municipal, nesta cidade de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, realizou-se a Sessão Ordinária sob a Presidência do Vereador **Julhardy Costa De Arruda**, compareceram os Vereadores **Jefferson Luís Barboza Rosa, Edgard Mandira de Moraes, Alcendino Ferreira Barboza, Edvaldo Narciso Izabel, Joceni Roecker, Elton Ambrósio Mendes, Ivan França e Samuel do Carmo**, ata aprovada por unanimidade e havendo Quórum regimental para deliberação foi realizada a leitura do seguinte Expediente do Dia: Projeto de Lei nº 31/2026 de autoria do Poder Executivo, que cria o Conselho Municipal de Direitos Humanos (CMDH), institui a Conferência Municipal de Direitos Humanos e cria o Fundo Municipal de Direitos Humanos (FMDH); Projeto de Lei Ordinária do Poder Legislativo nº 006/2026 que institui o Programa Municipal de Incentivo à Correção da Fertilidade do Solo, mediante fornecimento de calcário e gesso agrícola aos produtores rurais do município de Guaraqueçaba, e dá outras providências; Indicação nº 020/2026 de autoria do Vereador Joceni, solicitando manutenções estruturais e reparos na Escola Rural de Batuva; Indicação nº 021/2026 de autoria do Vereador Edvaldo, solicitando a instalação ou substituição da caixa d'água, bem como a manutenção da rede de abastecimento na comunidade de Pedra Chata; Indicação nº 022/2026 de autoria do Vereador Edvaldo, solicitando a reforma da antiga estrutura escolar da comunidade de Pedra Chata para a implantação de uma Unidade de Saúde Comunitária e base de apoio à Defesa Civil. Concluída a leitura do Expediente, o Presidente franqueou a palavra aos Senhores Vereadores. Assumindo a tribuna, o Vereador Joceni ressaltou o papel institucional da Câmara na fiscalização da aplicação dos recursos públicos e no acompanhamento das obras e serviços municipais. Cobrou formalmente a apresentação do relatório técnico abordado pelo Procurador Jurídico do Município em sessão anterior, com o fito de confrontar as informações com as denúncias de irregularidades apresentadas em Plenário. Em continuidade, homenageou a classe dos pescadores pelo dia comemorativo de sua categoria. Discorreu sobre a Indicação nº 020/2026, apontando deficiências na infraestrutura da Escola de Ubatuba, tais como contaminação por pragas urbanas, irregularidades no abastecimento de água, precariedade do esgotamento sanitário, degradação da cerca perimétrica e necessidade de ampliação dos sanitários com acessibilidade. Por fim, defendeu o Projeto de Lei do Legislativo nº 006/2026, destacando que a distribuição de insumos agrícolas fomentará a economia rural e a arrecadação municipal, solicitando a dispensa de parecer das comissões para agilizar a tramitação da matéria. Seguidamente, o Vereador Edgar fez uso da palavra manifestando apoio integral ao Projeto de Lei nº 006/2026. Falou de sua vivência como produtor rural e destacou a urgência de políticas públicas voltadas à correção do solo. Apontou que a perda de produtividade e qualidade do cultivo da pupunha local comprometeu a competitividade do município frente a outros centros produtores e contribuiu para o encerramento de atividades agroindustriais na região. Argumentou que o investimento municipal em calcário e gesso possui impacto orçamentário reduzido perto dos benefícios socioeconômicos gerados aos agricultores familiares. Na sequência, o Vereador Edivaldo manifestou-se fundamentando a Indicação nº 022/2026, que visa reaproveitar o espaço físico desativado da escola em Pedra Chata para atendimentos médicos e suporte da Defesa Civil, atendendo às solicitações comunitárias locais. Replicou as colocações do Vereador Joceni a respeito da gestão da Secretaria Municipal de Educação, ressaltando os avanços obtidos no transporte escolar e prestando esclarecimentos sobre a tramitação de certames licitatórios destinados às reformas das unidades de ensino. Por fim, apresentou repúdio a acusações e ofensas que lhe foram dirigidas no âmbito extraparlamentar, cobrando a devida comprovação dos fatos aventados. Dando prosseguimento, o Vereador Presidente registrou votos de agradecimento às equipes organizadoras da Feira e eventos locais, ressaltando a parceria entre a Prefeitura Municipal, a Secretaria de Agricultura e a EMATER no apoio técnico e na inclusão dos produtores rurais e pescadores. Registrou também reconhecimento pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

Cnpj nº 01.004.459/0001-26

Poder Legislativo

atendimento prestado à população junto ao Hospital Regional e expressou agradecimentos à gestão da Secretaria Municipal de Saúde pela dedicação no atendimento aos munícipes. O Vereador Alcendino utilizou a palavra para abordar a gestão fiscal e administrativa do Poder Executivo. Informou a instauração do Procedimento Administrativo pelo Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR) acompanhado da assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) relativo ao controle de combustível e frota municipal, decorrente de auditorias do CAEX que apontaram vulnerabilidades no setor. Cobrou a ampla transparência e publicação oficial dos atos no Portal da Transparência. Criticou a contenção de despesas operacionais da municipalidade, sugerindo a redução de gastos supérfluos e a contenção da abertura de novos cargos comissionados, defendendo prioritariamente a valorização remuneratória e o reajuste funcional dos servidores públicos efetivos das áreas da educação e da saúde. Concluiu o seu discurso abordando os gastos operacionais da municipalidade, sugerindo a contenção de despesas supérfluas e criticando o valor de diárias concedidas a secretários durante jogos municipais. Questionou, ainda, os custos de transporte de maquinário pesado para a localidade de Superagui e a destinação final dos resíduos hospitalares das unidades de saúde das ilhas. Finalizou citando entendimento do Ministro Alexandre de Moraes quanto às exigências e à exposição inerente ao exercício de cargos públicos. Continuando os pronunciamentos na Palavra Livre, o Vereador Jefferson destacou a importância das ações descentralizadas promovidas pelas Prefeituras do Bairro nas comunidades rurais e insulares, levando atendimento integrado de saúde, assistência social, confecção de documentos e apoio técnico à agricultura. Ressaltou os avanços no atendimento em Tagaçaba e reforçou a necessidade de fiscalização e diálogo constante com os secretários municipais para superar barreiras burocráticas e orçamentárias. Sobre a pauta legislativa, relatou a tramitação dos pareceres das comissões ao Projeto de Lei nº 030/2026 e ponderou aspectos técnico-jurídicos sobre o Projeto de Lei nº 006/2026 (distribuição de calcário e gesso). Em sua análise prévia, alertou para a necessidade de estudos de impacto orçamentário-financeiro e delimitação clara das dotações para evitar vícios de inconstitucionalidade e eventual veto do Executivo, informando que a Secretaria de Agricultura já possui certames licitatórios em andamento decorrentes de convênios estaduais. Encerrada a fase de pronunciamentos, o Presidente deu início à Ordem do Dia: **Votação em Bloco das Indicações:** Colocadas em votação, foram **APROVADAS POR UNANIMIDADE** as Indicações nº 020/2026 (autoria do Vereador Joceni) e a Indicação nº 021/2026 e nº 022/2026 (autoria do Vereador Edivaldo), com votos favoráveis dos Vereadores Joceni, Samuel, Alcendino, Jefferson, Edgar, Edivaldo e Ivan. **Discussão e Votação do Projeto de Lei do Legislativo nº 006/2026:** O Vereador Joceni reiterou o pedido de dispensa dos pareceres das comissões temáticas para deliberação imediata da matéria. Durante o debate, o **Vereador Alcendino** sustentou a constitucionalidade e viabilidade jurídica da proposta formulada por membro do Legislativo, citando decisões do Supremo Tribunal Federal (STF - Tema 917 de Repercussão Geral) e disposições constitucionais que autorizam a criação de regras e critérios para a concessão de incentivos agrícolas com base no orçamento e remanejamentos da conta municipal. O **Vereador Jefferson** interveio reforçando que a apreciação técnica visa garantir a rigidez legal do projeto para que a medida seja efetivamente implementada sem sobressaltos jurídicos. O **Vereador Edgar** defendeu a relevância do programa para dar suporte aos produtores rurais, amenizando custos de insumos e potencializando a produção local. Por sua vez, o **Vereador Alcendino** manifestou-se favorável a que o Plenário soberano deliberasse a dispensa e o mérito da proposta em atendimento à demanda dos agricultores. Submetido à votação o **Requerimento de Dispensa de Parecer** do Projeto de Lei nº 006/2026, este foi **APROVADO POR UNANIMIDADE**, registrando-se os votos favoráveis dos Vereadores Joceni, Samuel, Alcendino, Jefferson, Edgar, Edivaldo e Ivan. Colocado em votação o mérito do **Projeto de Lei Ordinária do Poder Legislativo nº 006/2026**, este foi **APROVADO POR UNANIMIDADE**, com os votos favoráveis dos Vereadores Jocinir, Samuel, Alcendino, Jefferson, Edgar, Edivaldo e Ivan. Nada mais a tratar, eu



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

Cnpj nº 01.004.459/0001-26

Poder Legislativo

Vereador Jefferson Luis Barboza Rosa, lavrei a presente ata, que estando em conformidade com os demais, será assinada.

Edgard Mandria de Moraes
Vice-Presidente

Julhardy Costa De Arruda
Presidente

Jefferson Luís Barboza Rosa
Primeiro Secretário

Alcendino Ferreira Barbosa
Segundo Secretário

Edvaldo Narciso Izabel

Elton Ambrósio Mendes

Ivan França

Samuel do Carmo

Joceni Roecker